

RESOLUÇÃO POLÍTICA

9

***NO PORTO,
LUTAR E ORGANIZAR
PARA TRANSFORMAR!***

**ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO
CIDADE DO PORTO**

30 JUNHO 2012 • 15H00 • JUNTA FREGUESIA BONFIM



ÍNDICE

INTRODUÇÃO - pág. 3

1. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO PORTO - pág. 3

1.2- Emprego e população activa – pág. 4

1.3- Pobreza e exclusão social – pág. 5

1.4. O tecido socioeconómico - pág. 5

1.5. Serviços Públicos - pág. 6

1.6. Cultura – pág. 7

1.7. Conclusão - pág. 7

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA LOCAL - pág. 7

2.1. As eleições legislativas e presidenciais 2011 - pág. 7

2.2. O actual quadro político – partidário no concelho - pág. 8

2.3. A ofensiva contra o Poder Local Democrático – pág. 9

3. ACTIVIDADE E INTERVENÇÃO POLÍTICA DO PCP NA CIDADE DO PORTO - pág. 10

3.1. Contributo para a actividade geral do Partido - pág. 10

3.2. Trabalho unitário e luta de massas - pág. 10

3.3. Agitação e Propaganda - pág. 11

3.4. Passeio das Mulheres CDU - pág. 11

3.5. Festa do Avante - pág. 11

3.6. Trabalho Institucional - pág. 12

IV. A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO - pág. 12

V. PRINCIPAIS OBJECTIVOS DE TRABALHO – SÍNTESE – pág. 15

Introdução

Durante os 26 meses que decorreram desde a última Assembleia da Organização da Cidade do Porto muitas foram as mudanças ao nível da situação política, económica e social do Porto e do país. O Porto é hoje um concelho mais envelhecido, mais despovoado e menos desenvolvido, espelho de uma região e de um país em declínio. Encerraram-se empresas em catadupa, arruinou-se o comércio tradicional e o desemprego atingiu os níveis mais altos das últimas décadas. Em suma, a situação económica e social degradou-se significativamente. No plano político local, a coligação PSD/CDS continua, ao nível do município do Porto, a transferir para a iniciativa privada importantes equipamentos e serviços municipais e permanece incapaz de implementar medidas que travem o despovoamento, a degradação do edificado e a diminuição da qualidade de vida de muitos dos seus habitantes. Esta caracterização da realidade económica, social e política do Porto nos dias de hoje será devidamente desenvolvida ao longo da Resolução Política.

Nestes dois anos decorridos, a Organização da Cidade do Porto do PCP, na sua intervenção intensa e diversificada, procurou sempre afirmar o Partido e o seu projecto alternativo e mobilizar para a luta pela mudança de políticas os trabalhadores, as populações e todos os atingidos pelas injustiças. Neste documento é feito um balanço deste largo trabalho realizado, valorizando determinados aspectos e apontando outros a melhorar ou corrigir.

Ao nível da Organização do Partido, sendo feita uma análise das dificuldades existentes e dos progressos realizados, apontando-se medidas para inverter, resolver e/ou melhorar as diferentes situações.

Com a perspectiva de reforço da organização do Partido e de uma maior e melhor intervenção, são também traçados aqueles que se consideram ser os principais objectivos de trabalho até à próxima Assembleia a realizar num período de dois anos.

As análises e propostas avançadas nesta Resolução Política enquadram-se nas orientações aprovadas na X Assembleia da Organização Regional do Porto e inserem-se no período de preparação do XIX Congresso do PCP.

1.1. Caracterização social da crise económica e social no Porto

O tempo decorrido desde a 8ª Assembleia fica sem dúvida marcado pela mais forte ofensiva contra os trabalhadores e o povo desde o 25 de Abril, uma ofensiva que visa a descaracterização do regime democrático-constitucional saído da Revolução de Abril, num processo ao serviço do capital estrangeiro, sobretudo financeiro, pondo em causa a soberania e a independência nacionais. Ofensiva que tem que ser enquadrada na resposta do capital à crise sistémica que o capitalismo atravessa a nível mundial e no aprofundamento da integração capitalista europeia.

Neste período, o país foi alvo de um pacto de agressão por uma troika estrangeira (UE, BCE e FMI) e nacional (PS, PSD e CDS), numa das maiores intervenções de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores portugueses e dos recursos nacionais, incluindo a venda de empresas estratégicas para o desenvolvimento do país por via das privatizações. O pacto de agressão visa canalizar a riqueza do país para os credores externos e para a banca europeia, sobretudo alemã, enquanto num ataque sem paralelo, se procura por todos os meios intensificar a exploração do trabalho como forma de favorecer os lucros do capital.

Os programas de «austeridade», os sucessivos PEC's e o programa das troikas servem essa estratégia numa espoliação que leva à redução dos salários, pensões, reformas e prestações sociais, ao mesmo tempo que aumenta abruptamente o custo de vida, com o aumento dos preços de bens essenciais (bens alimentares, electricidade, água, transportes, entre outros) e encarecimento do acesso à saúde (por exemplo, o aumento das taxas moderadoras e do preço dos medicamentos) e à educação. Simultaneamente também se avançou de forma significativa, por via de um acordo firmado pelo patronato e a UGT, na liberalização e redução do custo dos despedimentos e na desregulamentação do mercado de trabalho.

A brutal redução no rendimento disponível das famílias, agravada também pelo aumento violento da carga fiscal sobre o trabalho, a par da forte redução do investimento público, num quadro em que o investimento privado não pára de cair, conduziu ao acentuar das condições recessivas da economia nacional que já se verificam desde 2009, com o regresso da recessão económica e o aumento para níveis históricos do desemprego, com a taxa de desemprego a ultrapassar os 15% (Abril 2012, Eurostat). O investimento público também tem vindo a sofrer importantes cortes ao nível municipal, nomeadamente na habitação social, que nos últimos 3 anos sofreu um corte de 9,7 milhões de euros. Ao mesmo tempo assiste-se, tanto a nível nacional como municipal, a uma redução generalizada das medidas e recursos destinados ao apoio social.

A combinação destes fenómenos, que decorre de opções políticas concretas de favorecimento dos grandes grupos capitalistas e da concentração da riqueza, cria as bases para o desenvolvimento de uma grande crise social que atinge também o Porto. O município junta austeridade às políticas de austeridade nacionais, num contexto de crescimento acentuado do desemprego, do trabalho com vínculos precários e mal remunerado e do crescente aumento do custo de vida.

A desindustrialização crescente do país, quando a produção industrial se encontra ao nível de 1996, a par do aprofundamento e agravamento brutal das condições de quem vive do seu trabalho e de muitos milhares de micro e pequenas empresas, afectou de forma particular a Região Norte, que tem vindo a empobrecer e a divergir economicamente em relação ao todo nacional na última década, afectando também o distrito e a cidade do Porto.

1.2. Emprego e população activa

O Porto tem vindo a sofrer também de uma destruição de postos de trabalho, paralelamente à perda de população. Apesar dos números registados nos centros de emprego subestimarem os níveis reais de desemprego, entre Março 2010 e Março de 2012 dois novos desempregados por dia inscreveram-se nos centros de emprego na cidade do Porto, um aumento de cerca de 11%, ultrapassando as 17 mil pessoas. Destes, mais de 5.700 são jovens (menos de 35 anos), sendo que grande parte é desempregada de longa duração.

Os desempregados inscritos há mais de um ano, que reflectem o desemprego de longa duração, aumentaram 10% em igual período, representando quase 44% do total de desempregados inscritos na cidade.

Em 2010, a população activa da cidade totalizava mais de 134 mil pessoas, mas verificou-se uma redução superior a 3% face a 2009, o que mostra não só o envelhecimento da população da cidade, mas também o agravamento dos fluxos de saída populacional para os concelhos limítrofes que constituem a Área Metropolitana do Porto.

O desemprego em Março 2012 atingia quase 13% da população activa (população dos 15 a 64 anos), mais 1 ponto percentual que em Março 2011, acentuando-se a tendência de crescimento. O número de trabalhadores por conta de outrem também sofreu uma redução de acordo com as últimas estatísticas do INE, o que demonstra a destruição de postos de trabalho que se verifica no concelho. Entre 2008 e 2009, a cidade perdeu 13 postos de trabalho por dia, uma redução de 5,1%. Em paralelo, o trabalho no sector secundário, o sector produtivo, sofreu uma redução superior a 10%.

Ainda assim, o Porto continua a ser um dos mais importantes pólos de emprego do distrito, nomeadamente na área do Ensino e da Saúde, sendo de salientar o papel estratégico, mas subaproveitado, da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico do Porto, entre outras instituições de ensino superior, as quais contribuem para a existência de pólos importantes de investigação e desenvolvimento, acolhendo milhares de estudantes, que contribuem decisivamente para a dinamização da actividade socioeconómica, social e cultural da cidade e da região.

A manutenção do Porto como a cidade do trabalho implica uma ruptura com as políticas de direita, no sentido de dinamizar o seu tecido económico. A oferta de trabalho qualificado, ao nível da indústria e dos serviços é crucial para a afirmação do Porto como pólo capaz de alavancar dinâmicas de desenvolvimento na Região Norte. A par disso há que criar condições de atracção de novas indústrias compatíveis com a localização urbana.

O sector do comércio tradicional local, incluindo o sector da restauração, é uma das imagens do Porto, constituído maioritariamente de pequenas unidades de índole familiar. Este sector tem vindo a atravessar uma crise profunda, que se acentuou nos últimos dois anos com a forte contracção do rendimento disponível das famílias, a par do agravamento das taxas do IVA e a concorrência desleal das grandes superfícies comerciais, agora agravada com a liberalização dos horários abertas todos os dias das 6h às 24h.

O sector do turismo também tem sofrido com a actual crise, nomeadamente com a perda de poder de compra das famílias, a redução da despesa por visitante e a introdução de portagens nas SCUT, seguida por uma política não sustentável de promoção do turismo por parte dos poderes públicos. As políticas municipais têm dado igualmente um contributo negativo para o sector do turismo com o desinvestimento na reabilitação urbana e na manutenção do espaço público e dos equipamentos municipais, nomeadamente com o abandono do património cultural e a degradação de equipamentos culturais municipais ou emblemáticos da cidade, como o Mercado do Bolhão.

Contudo, este é um sector que apresenta um potencial de crescimento e consolidação, tendo em conta o património cultural existente, incluindo a classificação do Centro Histórico como Património Mundial pela UNESCO, e importantes infra-estruturas de transportes, como o Aeroporto. No entanto, este potencial é minimizado pela inexistência de ligações

ferroviárias modernas, nomeadamente com a Galiza. O aproveitamento cabal do potencial do sector do turismo é importante para a economia do Porto e para a regeneração do seu Centro Histórico, contribuindo para gerar empregos, tanto directos como indirectos, e para dinamização do comércio e indústrias locais.

A importância estratégica do Aeroporto do Porto tem-se vindo a revelar fundamental para a dinamização da economia da cidade e da região, com expressões que vão muito para além das actividades turísticas. A defesa da manutenção do Aeroporto do Porto na rede pública de aeroportos nacionais e o combate às tentativas de privatização, seja no quadro de uma privatização integral da ANA – Aeroportos Nacionais, seja isoladamente, é uma posição do PCP coerente com a defesa do desenvolvimento do país.

1.3. Pobreza e exclusão social

O aumento da pobreza está directamente ligado à redução do rendimento das famílias com os cortes e a desvalorização que os salários, pensões e prestações sociais sofreram em nome da austeridade e da estratégia de consolidação orçamental imposta pelas troikas.

O diagnóstico da realidade portuense no que concerne à pobreza e à exclusão social é deveras preocupante. Apesar de não estarem ainda disponíveis dados recentes desagregados ao nível concelhio são evidentes os sinais exteriores de pobreza. Um indicador é o número de beneficiários do rendimento social de inserção existente na cidade, mais de 29 mil em 2010, representado 6% do número total de beneficiários do continente.

Uma das principais carências da cidade prende-se com a habitação, com a persistência de numerosas “ilhas”, habitação em casas degradadas e em risco de ruína, casas abarracadas e outras. Tal é fruto das políticas de direita que tem governado a cidade do Porto e que destruíram 8% da habitação social existente com a demolição de bairros sociais. Hoje milhares de portuenses continuam a viver em condições indignas.

A aplicação da nova lei do arrendamento, autêntica lei dos despejos, vai afectar directamente cerca de 29% dos fogos privados habitados no concelho. Este facto, com consequências muito negativas para os largos milhares de inquilinos portuenses, sobretudo para os mais idosos, pode aumentar brutalmente os custos com a habitação e gerar inúmeras situações de fractura social. Esta lei terá também reflexos em muitas colectividades e associações assim como em estabelecimentos comerciais, de restauração ou outras micro e pequenas empresas com contractos de arrendamentos antigos.

Uma grande parte dos idosos vive em condições precárias, com pensões de reforma muito baixas. Perto de 70% dos idosos têm rendimentos inferiores à média nacional. Mais de 10 000 vivem sozinhos, sendo esta camada social a mais atingida pela situação de pobreza e a mais necessitada dum reforço de apoios sociais e de serviços de proximidade. Considera-se fundamental a existência dum plano estratégico e de apoio à terceira idade, nomeadamente no apoio aos idosos que estão sozinhos.

A situação das pessoas com deficiência, especialmente vulneráveis às situações de marginalização social, de desemprego, de aumento dos preços de bens e serviços essenciais, incluindo as despesas com a saúde, viu-se agravada com a redução dos direitos dos trabalhadores deficientes e com a fragilização da protecção dos acidentes de trabalho em favorcimento das seguradoras. Nesta área, ao nível municipal, para além da existência de um provedor para os cidadãos com deficiência, persiste a ausência de medidas concretas de corrijam as limitações à mobilidade e promovam a melhoria da qualidade de vida.

Apesar da falta de dados estatísticos, constata-se empiricamente que tem aumentado a visibilidade de situações extremas de exclusão, nomeadamente os “sem-abrigo”, os “arrumadores”, prostituição e outros.

Existe uma grande ausência de medidas que respondam a estas situações de carência urgente e que abranjam todos os necessitados. Da parte das autarquias e da administração central existiram poucas iniciativas, todas pontuais e de alcance restrito.

No entanto, o problema da pobreza não se resolve através de medidas pontuais de assistencialismo. É na valorização dos salários, das reformas e pensões e no trabalho com direitos que se poderá superar de forma sustentada este flagelo.

1.4. O tecido socioeconómico

Duas tendências têm vindo a marcar o tecido económico do Porto. Por um lado, a concentração do capital que opera na cidade, com as 4 maiores empresas a representarem 1/5 do valor acrescentado produzido na cidade em 2009, mais 5%

face a 2008. Por outro lado, a pulverização desse tecido, com a densidade das empresas por km² a sofrer uma redução de mais de 2%, entre 2008 e 2009.

Em 2009, tinham sede na cidade do Porto 36.127 empresas, menos 874 empresas que em 2008, ou seja, menos 2 empresas por dia. Mesmo assim o Porto é o concelho com o maior número de empresas do distrito do Porto.

Cerca de 96% (34.547) correspondem a micro e pequenas empresas, com menos de 10 trabalhadores ao serviço. Muitas são unidades de tipo familiar voltadas para o comércio, restauração ou para a prestação de serviços de proximidade. O número de empresas de alojamento e restauração também teve uma redução de 3%, entre 2008 e 2009. Cerca de 4% (1.345) eram pequenas empresas com mais de 10 e menos de 49 trabalhadores ao serviço. As empresas com mais de 50 trabalhadores correspondem a 0,6% do total (202) e as que têm mais de 250 trabalhadores apenas 0,09% do total (33).

Os últimos dados estatísticos publicados (referentes a 2009) apontam para uma diminuição significativa da indústria transformadora (-8%), dando continuidade ao processo de desindustrialização da cidade e substituição de antigas unidades industriais por novas urbanizações, como se depreende também da alteração do uso do solo em termos das modificações do Plano Director Municipal.

Estamos assim perante um tecido empresarial de muita reduzida dimensão e extremamente pulverizado, sendo necessárias políticas que respondam aos problemas e dificuldades destas micro e pequenas empresas.

1.5. Serviços públicos

O Porto, enquanto concelho centro do distrito, é um importante pólo de concentração dum conjunto numeroso de serviços públicos que servem uma população muito vasta. Na generalidade, estes serviços dependem directamente da Administração Central (Ensino, Saúde, Segurança Social, Transportes, Justiça e Segurança), pelo que as opções políticas governamentais se reflectem aqui directamente com grande expressão

O ataque ao serviço público, consubstanciado também no ataque aos trabalhadores do sector público, tem-se traduzido no encerramento de serviços e no aumento do seu custo, ao serviço dos interesses privados que operam na cidade. Neste contexto, nos últimos anos encerraram ou estão apontados para encerramento diversas unidades de saúde e serviços de urgência, escolas, postos dos correios e esquadras e postos da PSP.

A política municipal tem servido o mesmo propósito com a concessão a privados de serviços públicos e equipamentos sociais da cidade. É de relevar o falhanço recente da tentativa da coligação PSD/CDS em concessionar a privados mais 40% dos serviços de limpeza e de privatização de 45% do capital da empresa municipal Águas do Porto. A concessão do estacionamento da via pública, tendo como linha condutora o aumento dos custos directos (por via do aumento dos lugares de estacionamento, de tarifas e taxas) e indirectos (por via do aumento das despesas do município) é um exemplo das consequências onerosas para os portuenses destas opções.

O pacto de agressão que tem presidido à política governativa do governo PSD/CDS, com o apoio do PS, assim como a política municipal, tem tido como consequência a degradação e a redução da qualidade e quantidade dos serviços prestados às populações. Em simultâneo tem-se procurado aumentar os preços de taxas e tarifas ou tentado introduzir novas taxas sobre estes serviços.

No âmbito dos transportes públicos urbanos, está em curso o seu desmantelamento progressivo com vista à sua entrega a empresas privadas. Este é o cerne no plano de reestruturação da rede da STCP em curso, que tem vindo a reduzir o número de carreiras e serviços, deixando muitas zonas sem transportes à noite e ao fim de semana, prevendo-se uma significativa redução da oferta de transportes públicos, com o preço dos bilhetes e passes a continuarem a sofrer aumentos. A redução de pessoal tripulante dos veículos tem levado à degradação do serviço prestado, apontando-se agora um plano para despedir mais 190 trabalhadores até ao final do ano corrente, ao mesmo tempo que se planeia a fusão da STCP com a Metro do Porto. Por outro lado, o prometido alargamento da rede da Metro nos concelhos do Porto, Matosinhos, Gaia, Gondomar e Trofa continua a ser sucessivamente adiado.

Na área da Saúde crescem o número de utentes sem acesso a médico de família e obrigados a ir para as numerosas filas de espera para uma consulta de recurso, muitas vezes sujeitos a vagas. Alguns destes Centros de Saúde entraram em ruptura devido à falta de médicos e de outros profissionais. O encerramento dos atendimentos urgentes nos Centros de Saúde, em paralelo com a redução dos horários de atendimento, transferiu os congestionamentos para as unidades hospitalares. É de realçar também a reorganização do mapa hospitalar da cidade e suas consequências, com o

encerramento do Hospital Pediátrico Maria Pia, a intenção de fecho do Hospital Joaquim Urbano, a incerteza sobre a manutenção das urgências dos hospitais de S. João e Sto. António e a intenção de entregar o Hospital de Santo António à Misericórdia do Porto.

No apoio social faltam apoios aos casais com filhos devido à ausência de uma rede de creches e berçários. Não existe também uma rede pública de apoio aos idosos.

Na segurança pública existe um défice de efectivos nas forças de segurança e estes são obrigados a exercer funções em esquadras que funcionam em condições de insalubridade ou risco de ruína. O governo, com o apoio da Câmara Municipal do Porto, já anunciou a intenção de proceder ao encerramento de várias esquadras de atendimento no concelho, sem considerar alternativas, prosseguindo uma política de concentração gradual de meios, numa lógica de “super-esquadras”, pondo em causa o policiamento de proximidade. Paralelamente, o compromisso de abertura de novas esquadras, nomeadamente em Aldoar, continua por cumprir e sem perspectiva de concretização.

1.6 – Cultura

As opções da coligação PSD/CDS ao nível do Governo e da Câmara do Porto têm-se traduzido na hostilização das instituições e actividades culturais, menosprezando o facto das diversas formas de expressão cultural constituírem elementos que distinguem as cidades. A ausência no Governo de um Ministério da Cultura e na Câmara do Porto de um Pelouro da Cultura são uma demonstração das políticas em curso de desinvestimento e mercantilização da cultura e da produção artística.

Depois do falhanço da entrega do Teatro Rivoli à gestão privada, verificou-se a transformação deste importante equipamento municipal numa autêntica “sala de aluguer”. O estabelecimento da cláusula censória da condição de ausência de críticas à Câmara como condição para a atribuição de apoio e subsídios continua a merecer uma forte crítica por parte do PCP e de muitos agentes culturais do Porto.

As políticas em curso não promovem a formação e elevação cultural das populações, pelo contrário limitam-se ao apoio a eventos publicitários e à entrega de equipamentos públicos à gestão privada.

1.7. Conclusão

Apesar da crise económica e social num contexto de um pacto de agressão com a subordinação de PS, PSD, CDS e do Presidente da República, o Porto e o país possuem os recursos fundamentais para inverter o declínio económico e social. Para isso são necessárias políticas públicas que contribuam para fixar população e actividades económicas. Políticas que promovam o investimento público e apoio às camadas mais desfavorecidas da população. As debilidades constatadas no concelho, a situação de desequilíbrio e declínio, são o resultado de décadas de políticas ao serviço do grande capital que opera na cidade, nomeadamente do sector financeiro e imobiliário, com a entrega de bens e serviços públicos para lógicas de rentabilização privada, desmantelando serviços municipais em paralelo com a redução do número de trabalhadores municipais. Os portuenses têm sido expropriados da sua cidade. Importa por isso devolver o Porto às suas populações! É necessária e urgente uma política patriótica e de esquerda para Portugal, uma governação para a cidade assente nos valores de Abril e tendo nas pessoas a sua razão central e fundamental. É necessária uma ruptura com a política de direita que tem governado a cidade e o país, uma ruptura com as troikas e os condicionalismos externos impostos.

2. Caracterização da situação política local

2.1. Eleições legislativas e Presidenciais 2011

Nas últimas eleições legislativas, a CDU obteve 7,8% no concelho do Porto, correspondendo a um crescimento percentual e absoluto de votos, apesar da redução do número de votantes. No plano do distrito, foram eleitos dois deputados das listas da CDU e, no plano nacional, conquistou-se mais um mandato, passando-se a ter 16 deputados.

O PS, em resultado do descontentamento em relação às políticas de direita, perdeu mais de meio milhão de votos. O PSD, prometendo tudo, incluindo a não subida de impostos e a manutenção do subsídio de férias e do 13º mês, foi o partido mais votado, apesar de ter ficado aquém da maioria absoluta.

A campanha eleitoral para as Presidenciais 2011 foi marcada pela contestação às políticas de direita levadas a cabo pelo

governo do PS/José Sócrates, no essencial apoiadas por Cavaco Silva, Manuel Alegre e Fernando Nobre.

Nestas eleições, o objectivo de evitar a eleição de Cavaco Silva não foi atingido. Contudo, os resultados obtidos traduzem o apoio de milhares de portuenses a um projecto de ruptura assente numa política patriótica e de esquerda.

Ambas as campanhas eleitorais implicaram uma ampla mobilização das organizações e militantes do Partido na promoção do esclarecimento junto dos trabalhadores e das populações e na afirmação das políticas alternativas que se impõem. Foram concretizadas um número significativo de iniciativas no Porto, das quais se destacam a Marcha da CDU em Maio de 2011 e o Comício no Palácio de Cristal de apoio à candidatura de Francisco Lopes, ambas com mais de 5000 presenças, e as arruadas na baixa da cidade.

2.2. O actual quadro político - partidário no concelho

O quadro político e partidário na cidade do Porto é marcado pela proximidade da data das eleições autárquicas (que se realizarão 16 meses após a Assembleia da Organização) e pelo facto de o actual Presidente da Câmara não se poder recandidatar. Não obstante esta situação, o quadro em que se irão realizar as próximas eleições autárquicas está muito longe de se encontrar clarificado.

Por um lado, porque não se conhece o regime legal em que estas eleições autárquicas vão decorrer, face às intenções de PS, PSD e CDS em aprofundar o ataque ao Poder Local Democrático. Por outro lado, porque o contexto político mais geral em que as eleições vão decorrer pode alterar-se significativamente, dado o agravamento do descontentamento resultante das consequências das políticas das troikas e do crescendo da resistência popular. Acresce que as candidaturas ainda não estão definidas, embora se assista a diversos jogos, uns mais virtuais do que outros, de personalidades e dos partidos das políticas de direita com o objectivo de garantir posições.

No PSD e no CDS, que concorreram coligados aos últimos cinco actos eleitorais autárquicos da cidade, que detêm a presidência da Câmara desde 2002 e que ocupam o Governo desde 2010, as movimentações traduzem-se numa luta pela manutenção das suas posições relativas e na fulanização de eventuais candidaturas, com o objectivo de afastar potenciais candidatos e de promover outros. O relacionamento entre os dois partidos ficou marcado pela “fuga” da cidade dos dois vereadores do CDS (para ocuparem cargos de nomeação governamental), e que se traduziu na retirada da Vice-Presidência da Câmara a este partido e na redução das competências delegadas, e no facto de um dos vereadores substitutos estar com um processo judicial para perda do mandato (o que significa que, actualmente, o CDS apenas tem um Vereador com competências delegadas). Simultaneamente, a impossibilidade de recandidatura do actual Presidente de Câmara faz com que, no PSD, vários responsáveis e eleitos, estejam sobretudo preocupados com a sua situação particular pós-eleições.

É à luz deste quadro que se compreendem, também, as trocas de acusações entre as estruturas concelhias e distritais do PSD e do CDS e a tentativa, utilizando mesmo nomeações para cargos públicos, de promover potenciais candidatos para afrontar outros que, sendo da mesma área política, têm com os atuais detentores da maioria na Câmara Municipal do Porto conflitos pessoais e de protagonismo.

Apesar desta situação, e tal como já aconteceu no passado, é previsível que a coligação PSD/CDS se venha a reeditar no Porto, resolvendo-se os falsos diferendos com uma negociação de lugares e de cargos entre os dois partidos.

Ao nível do PS, constata-se um esforço de branqueamento das suas responsabilidades no rumo de desastre nacional que caracteriza a governação do país e da sua cumplicidade com várias das mais gravosas decisões tomadas ao nível municipal. Este branqueamento é traduzido numa procura de protagonismo público e mediático que longe de procurar contribuir para a efectiva resolução dos problemas das populações, visa, no fundamental, dar protagonismo ao putativo candidato à presidência da Câmara por este partido.

A demagogia dessa intervenção traduz-se também no facto de o PS defender, oportunisticamente, agora, posições completamente contrárias àquelas que defendeu num passado recente, como são os casos da privatização dos serviços de recolha de resíduos sólidos, do processo de demolição do Bairro do Aleixo, do modelo de SRU, ou antagónicas relativamente àquilo que foi a sua prática quando ocupou, durante 12 anos (1990-2001), a presidência da Câmara. O PS tem, numa postura exclusivamente eleitoralista, repetido iniciativas de contacto directo com problemas existentes, recorrendo a meios semelhantes àqueles que a CDU institucionalizou há mais de 20 anos e que sempre mereceram a feroz crítica do PS.

Por outro lado, e tal como tem acontecido nos últimos actos eleitorais autárquicos, alguns dirigentes do PS procuram avançar com a ideia de uma “coligação de esquerda”, escamoteando as suas responsabilidades na implementação de políticas de direita quer a nível local, quer a nível nacional, com particular relevância nos momentos em que assumiu as mais altas responsabilidades autárquicas e governamentais. Esta posição, que “esquece” as orientações nacionais aprovadas pelo PS de se apresentar sozinho nas eleições autárquicas, mais não visa do que branquear o comprometimento do PS com as políticas de direita, procurando confundir as populações e tentando facilitar uma lógica bipolar propiciadora do designado “voto útil” no PS para evitar a vitória do PSD com ou sem coligação com o CDS/PP.

O Bloco de Esquerda, reflectindo a sua natureza predominantemente eleitoralista e institucional, na sequência da pesada perda de influência eleitoral que sofreu nas últimas eleições legislativas e dos insuficientes resultados obtidos nas eleições autárquicas, tem tido uma intervenção menor na vida da cidade.

A Organização da Cidade do Porto do PCP assume como objectivos nos próximos actos eleitorais o reforço dos votos e das posições das candidaturas patrocinadas pelo PCP, privilegiando quer a denúncia dos executantes e das consequências das políticas de direita aos níveis local e nacional, quer a apresentação de propostas concretas para a resolução dos problemas do concelho, da região e do país.

2.3. A ofensiva contra o Poder Local Democrático

Desde há muito que PS e PSD perseguem o objectivo de alterar a Lei Eleitoral Autárquica de modo a conseguir por esta via aquilo que não conseguem através da escolha livre dos eleitores. Pretendem impedir a presença de vereadores da CDU, construindo, através das alterações à Lei, executivos municipais monocores. Há mesmo quem defenda, quer no PS, quer no PSD, que os eleitores deveriam votar apenas para as Assembleia Municipais, que o presidente da câmara seria o primeiro candidato da lista ou coligação vencedora e que lhe caberia depois escolher os vereadores entre os membros da Assembleia Municipal.

É claro que estas propostas são velhas e conhecidas, e o seu supremo objectivo é o de afastar as vozes mais incómodas dos órgãos do poder local, nomeadamente os eleitos comunistas, e tornar a gestão autárquica menos fiscalizada e menos transparente. A luta das populações e do Partido tem conseguido impedir que vá por diante este propósito de PS, PSD e CDS, mas existe a consciência de que este ataque está aí e de que é necessário continuar o combate.

Uma outra linha de ataque ao Poder Local Democrático iniciou-se com a elaboração pelo governo do “Documento Verde” da Reforma da Administração Local e depois com a gravosa proposta de Lei aprovada na Assembleia da República relativa à extinção de freguesias. O “Documento Verde” tratava três eixos de intervenção: redução do número de municípios e de freguesias e a racionalização do sector empresarial local. Em relação a este último o governo recuou. No Porto e noutros concelhos as empresas municipais têm servido para arranjar “tachos” para “boys e girls” do PS, do PSD e do CDS e certamente ficariam em causa interesses instalados destas clientelas partidárias. Também a eventual redução de municípios está em “banho-maria”. Mas é uma matéria que não deixaremos de acompanhar no futuro. Já no que diz respeito à extinção de freguesias, o governo persiste em levar por diante o seu objectivo. Na cidade do Porto que tem actualmente 15 freguesias, segundo as propostas locais do PSD e do CDS, ficariam apenas entre seis e sete.

Os órgãos autárquicos do nosso Poder Local Democrático, com as suas freguesias e municípios, são constituídos por um vasto conjunto de cidadãos, que com a legitimidade que o voto lhes confere, se envolvem na gestão das suas cidades, vilas e aldeias. É um verdadeiro exército de pessoas que colocam o seu tempo, a sua sabedoria e o seu talento, ao serviço da causa pública. A direita não quer que haja tanta gente, dezenas de milhares de pessoas, que espalhadas por mais de quatro mil Juntas e Assembleias de Freguesia, e esmagadoramente a título praticamente gracioso, com senhas de presença pouco mais que simbólicas, tenham intervenção directa na resolução dos problemas; que tenham intervenção no arranjo dos passeios, na recolha do lixo, no apoio aos idosos, na gestão de creches e infantários, etc. É muita gente a intervir democraticamente nas suas comunidades e isso incomoda os partidos das políticas de direita.

O governo diz que os problemas de fundo somente se resolverão com mudanças estruturais e que tal não se compadece com pequenos acertos. Perguntamos então porque não começar por cumprir o imperativo constitucional de avançar com a Regionalização, como a forma mais democrática de iniciar uma reforma administrativa séria? Quanto à questão dos custos convém recordar que o próprio governo refere num dos quadros do “Documento Verde”, que há no país 189 Presidentes de Junta a tempo inteiro e 240 a meio tempo. Isto confirma que mais de 90% dos presidentes de Junta não estão em permanência e portanto não recebem vencimento.

O PCP reafirma a sua recusa em aceitar que a Assembleia Municipal do Porto participe no processo de extinção de

freguesias nos termos da nova lei e a sua oposição a qualquer processo que tenha em vista a reconfiguração do mapa autárquico do concelho assente em critérios antidemocráticos e anti-sociais.

3. Actividade e intervenção da Organização da Cidade do Porto

3.1. Contributo para a actividade geral do Partido

No Porto, o Partido manteve sempre um elevado nível de intervenção e de actividade, quer através do desenvolvimento de iniciativas próprias, quer convergindo esforços para iniciativas regionais e nacionais.

Disso são exemplos as comemorações anuais do aniversário do Partido e o envolvimento em iniciativas regionais e nacionais, desde debates, acções de esclarecimento, campanhas eleitorais, comícios e também manifestações. Destaca-se o contributo para o êxito dos comícios eleitorais realizados no Palácio de Cristal e para as manifestações do Partido que tiveram lugar na cidade.

A Organização da Cidade do Porto, inserindo-se na Organização Regional do Porto, envolveu-se nas orientações regionais e nacionais de trabalho numa perspectiva de unidade, coesão e reforço do Partido.

3.2. Trabalho unitário e luta de massas

As políticas do actual e do anterior governo encontraram a oposição e o protesto dos trabalhadores que protagonizaram grandes acções de luta promovidas pela CGTP de âmbito nacional e local, ao mesmo tempo que em numerosas empresas e locais de trabalho, os trabalhadores promoveram paralisações, greves, concentrações, entre outras formas de luta, que contaram, não só com o apoio e a solidariedade da Organização da Cidade do Porto, mas com a intervenção empenhada de muitos comunistas que intervêm nas organizações representativas dos trabalhadores, nomeadamente nos sindicatos e nas comissões de trabalhadores, e na dinamização de movimentos populares em defesa dos serviços públicos e dos interesses dos moradores.

Na actual correlação de forças, só a luta dos trabalhadores e das populações, articulada com a acção e intervenção política do PCP, conseguirá fazer valer os seus direitos e justas aspirações.

Neste quadro, o reforço do Movimento Sindical Unitário e das Comissões de Trabalhadores assume um papel fundamental, sendo por essa razão objecto de ataques por parte do governo e do patronato.

Os comunistas devem intervir para o reforço da unidade e organização do Movimento Sindical Unitário, contribuindo nas empresas e locais de trabalho, para o aumento da sindicalização, a eleição de delegados sindicais, a dinamização das acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, contra todas as formas de trabalho precário, em defesa da contratação colectiva, defendendo a unidade de todos os trabalhadores.

Nas Comissões de trabalhadores, os comunistas defendem o seu carácter unitário, a sua articulação com o movimento sindical e a firme defesa dos interesses dos trabalhadores, lutando contra as tentativas do patronato de influenciar a sua intervenção independente e de classe.

O contributo para a organização de movimentos populares em torno de reivindicações concretas foi uma prioridade de trabalho, assim como a intervenção junto do movimento popular, lutando pelo reforço dos seus meios, tendo em conta o papel estruturante deste para a integração social e para o acesso ao recreio, à cultura e ao desporto. Contudo, na frente de trabalho do associativismo, existem dificuldades de intervenção e acção do Partido que importa superar.

As grandes acções de luta nacionais promovidas pela CGTP-IN tiveram a solidariedade da Organização da Cidade do Porto. Desde as manifestações nacionais e locais contra o novo código de trabalho e a precariedade laboral, por melhores salários, mais emprego, até à mobilização de camaradas e amigos para as comemorações populares do 25 de Abril e para as celebrações do 1º de Maio, todas contaram com um esforço de convergência também por parte desta organização partidária. Os trabalhadores do sector público e privado lutaram contra os ataques aos salários e aos direitos laborais, participando nas numerosas acções de luta promovidas pela CGTP/USP, de que são os exemplos mais expressivos a organização de três greves gerais, as grandes manifestações nacionais realizadas em Lisboa e a realização na cidade do Porto de grandiosos desfiles. No conjunto foram envolvidas largas dezenas de milhares de trabalhadores que vivem ou trabalham na cidade do Porto, não aceitando a resignação e o conformismo.

No que se refere à luta das populações, destacam-se várias acções de protesto em defesa dos serviços públicos, contra

o aumento dos preços dos transportes e do custo de vida (Agosto, Outubro de 2011 e Janeiro de 2012), contra o fecho das Estações dos CTT em Paranhos e Campanhã, (acções em Paranhos, Campanhã e frente à Camara), contra o encerramento de postos da PSP em Campanha e Sto. Ildefonso (Dezembro de 2011 e Abril de 2012). O processo de privatização e o aumento das tarifas dos parágrafos foi objecto de abaixo-assinado com a recolha de 7000 assinaturas e de diversas acções de agitação e esclarecimento. A privatização da Água mobilizou a intervenção de dezenas de colectividades em torno da “Plataforma em Defesa da Água Pública”.

Na luta pela ruptura e mudança de políticas, a luta unitária das populações e dos trabalhadores é um elemento determinante na resistência pela defesa de direitos. Trata-se de um factor de consciencialização das contradições do sistema capitalista e da urgência de políticas progressistas.

3.3. Agitação e Propaganda

Durante os dois últimos anos, período que procedeu a última assembleia, registou-se um aumento de propaganda do Partido, tanto na publicação e distribuição de boletins e folhetos, como na afixação de estruturas MUPI. É de registar um esforço por parte das organizações de base no sentido de publicarem os materiais próprios de propaganda. No entanto, o trabalho de agitação e propaganda deve ser alvo de uma maior atenção e envolvimento por parte das organizações, que devem promover um aumento da produção de materiais que denunciem os problemas concretos e as necessidades das populações e dos trabalhadores.

Devemos promover uma maior participação de camaradas em tarefas de agitação de rua, no contacto directo com as pessoas, de forma a melhor e mais facilmente transmitirmos a nossa mensagem. A circulação de “carros de som” mostrou ser um importante meio de propaganda.

Não obstante as limitações impostas pelo Regulamento Municipal sobre Propaganda Política, implementado pela coligação PSD/CDS com o apoio do PS, conseguiu manter-se a visibilidade do Partido na cidade, sendo, no entanto, importante considerar uma utilização mais intensa do formato cartaz. São de valorizar as várias tomadas de posição e iniciativas contra as limitações municipais à liberdade de expressão promovidas pelo Partido.

A Organização da Cidade esteve envolvida e participou em todas as campanhas de propaganda que o Partido levou a cabo, tanto a nível central como regional.

Sendo da maior importância o sítio concelhio do Partido na internet, este deve ser alvo de melhor acompanhamento e sujeito a actualizações mais frequentes de forma a torná-lo mais apelativo e fidedigno com a intervenção do Partido no concelho.

3.4. Passeio das Mulheres CDU

O grupo de trabalho das Mulheres CDU procedeu à organização anual do seu passeio – convívio. Esta iniciativa continuou a afirmar-se como uma grande acção de massas envolvendo mais participantes, muitos dos quais sem qualquer ligação formal ao partido ou à CDU.

Importa dar uma maior atenção a este grupo de trabalho, sendo que se mostra necessário uma participação alargada a mais organizações de base do partido no Porto, além do seu rejuvenescimento para salvaguardar o futuro.

3.5. Festa do Avante

A contribuição da Organização da Cidade do Porto na concretização e no êxito político da Festa do Avante é uma tarefa da maior importância da nossa organização, tendo sido para isso constituído um grupo de trabalho. Os últimos dois anos reflectiram um grande esforço na implantação e divulgação da Festa, na venda das Entradas Permanentes (EP's), na realização de excursões e no bar, participando mais de 100 camaradas e amigos na concretização destas tarefas (contabilizados na Festa 2011). Importa continuar a envolver mais camaradas e amigos na construção e funcionamento da Festa.

A venda de EP's tem vindo a aumentar mas importa tomar medidas para ir mais longe, visto que o êxito da participação da Organização nesta iniciativa também depende disso.

Realizaram-se, em cada ano, duas iniciativas de convívio com os militantes e amigos do Partido envolvidos no funcionamento do stand da organização na Festa, com um número crescente de participantes.

É necessário prosseguir esforços para alargar e consolidar o grupo de trabalho.

3.6. Trabalho Institucional

O trabalho institucional desenvolvido pelos eleitos do PCP marca a diferença no plano dos diferentes espaços de intervenção (Câmara e Assembleia Municipal, bem como Assembleias de Freguesia). É um trabalho que se destaca e diferencia pelo compromisso assumido pelos eleitos com o projecto de esquerda do PCP, pela ligação permanente que mantém com as populações, os trabalhadores e as forças vivas, através dos quais conhecem os seus problemas e aspirações, bem como pelo entendimento e respeito do princípio de não serem nem prejudicados nem beneficiados no exercício de cargos públicos.

No entanto, o trabalho dos eleitos comunistas não é apenas dirigido para a resolução dos problemas concretos, serve também para a elevação da consciência social e política das populações, dando-lhes a conhecer os seus direitos, esclarecendo sobre as causas dos problemas que as atingem, contribuindo para a dinamização da luta de massas.

No plano do município, importa sublinhar a substituição do camarada com a tarefa de Vereador num processo exigente mas que foi concretizado com êxito. Os eleitos mantiveram um contacto directo e permanente com a população do Porto, quer através da manutenção do Gabinete de Atendimento aos Municípes (funcionando semanalmente), quer através da realização regular de visitas a diversas zonas e instituições da cidade.

Tem sido realizado um esforço para não limitar a acção política dos eleitos do PCP ao funcionamento dos órgãos autárquicos. No entanto, é preciso um maior envolvimento das organizações de base do Partido no acompanhamento trabalho institucional e aprofundar cada vez mais o conhecimento que temos da realidade do Porto, através de mais reuniões, debates, visitas e contactos regulares com as populações.

Na Assembleia Municipal adoptou-se o princípio da rotatividade dos eleitos neste órgão municipal, de acordo com os objectivos de renovação e rejuvenescimento de quadros e de aperfeiçoamento do trabalho colectivo. Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho dos eleitos municipais que reúne periodicamente para coordenar a intervenção da CDU na Assembleia Municipal.

Com uma regularidade bimestral têm sido realizadas reuniões com todos os eleitos autárquicos (freguesias e município). No entanto, este espaço não substitui o natural papel das organizações do Partido, na dinamização da intervenção da CDU em cada freguesia.

Os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto protagonizaram na Assembleia da República a defesa dos interesses da população e dos trabalhadores do Porto. A articulação do trabalho com o Grupo Parlamentar do PCP permitiu a abordagem institucional na Assembleia da República de um largo número de temáticas que ultrapassam as responsabilidades e o âmbito do município. Destacam-se a realização de diversos requerimentos e pedidos de esclarecimento. Os deputados do PCP realizaram ainda vários Mandatos Abertos no concelho.

Também com os deputados do PCP no Parlamento Europeu foram realizadas algumas iniciativas com repercussão pública, de que se destaca a intervenção em defesa de financiamentos comunitários e da requalificação do Mercado do Bolhão.

No entanto, de futuro, devemos trabalhar para que a articulação com o Grupo Parlamentar na Assembleia da República e do Parlamento Europeu seja cada vez mais aprofundada e alargada, tendo em conta a ofensiva em curso aos serviços públicos, às funções sociais do Estado e a direitos fundamentais.

4. A organização do Partido

A Organização da Cidade do Porto tem 1216 membros do Partido (menos 109 que na 8ª Assembleia), distribuídos por 11 organizações de base local e 5 organizações por sector ou empresa. Segundo os dados do Balanço de Organização de 2011 dos actuais militantes do Partido com ficha actualizada, 64% são homens e 36% mulheres. Em relação à composição social, 22% são operários industriais, 50% são empregados, 10% são intelectuais e quadros técnicos, 5% são pequenos e médios empresários e 12% pertencem a sectores diversos (estudantes, domésticas, etc.),

representando uma redução da presença relativa de operários.

No que diz respeito à composição etária, 3% têm até 30 anos, 19% entre 31 e 50 anos, 36% entre 51 e 64 anos e com mais de 64 anos são 42%. Estes dados confirmam a manutenção da tendência de envelhecimento da organização.

A nível local existem 10 Comissões de Freguesia e um organismo de direcção local (Centro Histórico).

A nível de empresa/sector profissional, existem 6 organismos, sendo dois de direcção (bancários e seguros), dois de sector (Enfermeiros e Limpeza e Vigilância) e duas células de empresa (CMP e CGD).

Funcionam ainda vários organismos para frentes de trabalho específicas, nomeadamente Mulheres CDU, Festa do Avante, Fundos, Propaganda e Eleitos autárquicos.

No ano corrente, tiveram lugar 11 assembleias de organização permitindo a responsabilização de novos quadros e a criação de condições para a dinamização das organizações de base. No total, presentemente, há 158 camaradas a participar em organismos.

Nas organizações de base local estão integrados 1012 membros do Partido e nas organizações de sector ou empresa 181 militantes.

Tem sido feito um esforço de desenvolvimento das orientações do 18º Congresso e do Comité Central para o reforço da intervenção do Partido junto dos trabalhadores, partindo do reforço das organizações existentes. Esta orientação é uma opção estratégica do Partido, correspondente à sua natureza de classe e de partido revolucionário.

Direcção da Organização da Cidade do Porto:

Eleita em 2010, com 33 membros, funcionou com uma regularidade mensal. A DOCP correspondeu, no essencial às exigências colocadas. Esteve à altura da sua competência, orientando politicamente a acção geral da organização concelhia do Partido.

No entanto, interessa reforçar a presença de camaradas com tarefas regulares nas organizações de base. Continuam a subsistir variadas temáticas, sectores, problemas, frentes de trabalho e de luta que, por dificuldades diversas, a DOCP continua a não conseguir acompanhar com a proximidade necessária.

Organismos executivos da DOCP

A DOCP tem 2 organismos executivos: Comissão Executiva e Secretariado.

A Comissão Executiva, a quem competiu o acompanhamento diário e a execução do trabalho de direcção, bem como a ligação a várias organizações e frentes de trabalho, conta com 11 membros. No fundamental tem correspondido às necessidades de trabalho, naquilo que tem que ver com a ligação às organizações e à intervenção institucional, mas demonstra-se ser necessário aprofundar a ligação ao trabalho de organização, bem como o seu rejuvenescimento.

O Secretariado, a quem competiu o tratamento das questões de fundos, de quadros e de património, conta com 4 membros. Este organismo demonstrou a justeza da sua criação, ao permitir um tratamento mais cuidado das suas áreas de competência. No entanto, importa garantir uma maior regularidade de funcionamento.

Organizações de base local:

- Existe organização do Partido em 14 das 15 freguesias da Cidade. A excepção é Nevogilde;
- No caso das freguesias do Centro Histórico existe um único organismo de direcção, de acordo com a orientação definida na 7ª Assembleia da Cidade;
- Verifica-se um funcionamento regular da generalidade dos organismos;
- São notórios avanços importantes na responsabilização de novos quadros, mas existem dificuldades reais de renovação em algumas organizações;

Organizações de sector ou empresa:

- Existem as organizações dos Bancários, Seguros, Enfermeiros, Portaria e Vigilância, CMP;
- Verificou-se um funcionamento regular das organizações;
- Procedeu-se à edição regular de boletins e outros documentos, em particular na Câmara /Águas do Porto;
- Nos sectores dos Bancários e Seguros, a questão da integração e responsabilização de camaradas no activo é um aspecto que deve continuar a ser prioritário. Importa continuar a discussão sobre a criação de um organismo de direcção conjunto nestes sectores.

A renovação dos organismos do Partido é uma linha de trabalho que importa prosseguir no sentido de preparar o Partido para os desafios do Futuro.

Grupos de trabalho:

As reuniões de responsáveis de fundos e as reuniões de eleitos autárquicos nas freguesias e nos órgãos municipais funcionaram com regularidade.

Manteve-se o Grupo de Trabalho das Mulheres CDU que continuou a assegurar a realização de um passeio convívio anual (que se confirma como uma grande iniciativa de massas que envolve centenas de pessoas) e uma participação específica em grandes acções unitárias, como o 25 de Abril e 1º de Maio.

O Grupo de Trabalho da Festa do Avante procedeu à organização das tarefas de mobilização, implantação e funcionamento do stand da organização concelhia.

Actualização de dados: Apesar do esforço realizado continuam a existir 195 fichas de militantes por actualizar. A conclusão da campanha de actualização de dados é da maior importância.

Recrutamento de novos membros do Partido: desde a 8ª Assembleia de Organização realizaram-se 58 recrutamentos. O recrutamento é a principal forma de contrariar o envelhecimento da organização, cuja média de idades se aproxima dos 60 anos. Importa atribuir mais atenção a esta tarefa, estabelecendo objectivos faseados por organização de base e fazendo o seu controlo de execução. É necessário acompanhar com mais rigor a integração dos novos militantes no Partido.

Imprensa do Partido: Actualmente são distribuídos semanalmente por via das organizações 111 jornais “Avante” e 40 revistas “O Militante”. Nesta matéria, não se conseguiu aumentar a venda do “Avante!” e até se diminuiu ligeiramente os exemplares vendidos - menos 4. Em relação á revista “O Militante”, verificou-se o crescimento em 5 exemplares.

Fundos: A situação financeira da Organização da Cidade do Porto caracteriza-se actualmente pelo equilíbrio entre Receita e Despesa, a par com o cumprimento pontual dos encargos.

Na estrutura de Receita a rubrica de quotização é a que tem mais peso. Têm também muito significado a Festa do Avante e o Passeio das Mulheres CDU, embora sejam, sobretudo, iniciativas de carácter político. Nos últimos anos, tem crescido o peso da receita proveniente da contribuição dos membros das mesas de voto.

O pagamento da quota é um dever fundamental de todos os militantes, ao mesmo tempo que constitui a principal fonte de receitas do Partido. Actualmente pagam quota apenas cerca de 65 % dos militantes, a esmagadora maioria dos quais directamente na organização. A rede de camaradas que recebem quotas é em grande parte constituída por militantes de idade avançada. Este é um motivo de preocupação, sendo imperioso estimular as novas formas de recolha de quotas (multibanco e transferência bancária) e alargar o nº de camaradas a receber e a pagar quotas. Actualmente há aproximadamente 125 camaradas a pagar quotas por transferência bancária (mais 25 que na 8ª Assembleia), na maioria organizados nos sectores profissionais.

Principais objectivos de trabalho – síntese:

No quadro da luta contra o pacto de agressão constituem eixos fundamentais da orientação geral do partido a dinamização e o desenvolvimento da luta de massas e o reforço da organização do Partido. Estes objectivos são indissociáveis e cada um é potenciador do outro, ou seja, o reforço da organização e o aumento da influência do partido potenciará o desenvolvimento da luta de massas e vice-versa.

Desta conclusão decorrem os principais objectivos do Partido que a 9ª Assembleia aprova como orientação central de trabalho:

- A discussão regular em todas as organizações do Partido, seja ao nível de empresa de sector ou de freguesia, dos principais problemas e preocupações sociais com que se debatem os trabalhadores e as populações, das respectivas áreas de intervenção, conhecendo melhor e intervindo mais;
- O incentivo e dinamização da luta reivindicativa dos trabalhadores e das populações em torno dos seus problemas concretos (direitos, salários, defesa dos serviços públicos de proximidade, entre outros), impulsionando a criação de estruturas organizativas flexíveis, grupos de utentes ou outras, que dinamizem e impulsionem abaixo-assinados, concentrações, paralisações, greves, desfiles, manifestações e outras formas de protesto;
- Reforçar as organizações unitárias representativas dos trabalhadores (sindical e comissões de trabalhadores), defendendo seu carácter de classe, de luta, unitário e de massas, inserindo as suas reivindicações específicas no quadro da luta mais geral contra o pacto de agressão e na defesa de uma ruptura patriótica e de esquerda com o actual rumo;
- Acompanhar o movimento associativo e popular, colectividades, as associações de moradores, as associações de pais e outras, ajudando a superar dificuldades e a perspectivar a sua actividade, numa óptica reivindicativa em torno dos seus problemas específicos. Tomar medidas de ligação aos membros do Partido que intervêm no movimento associativo e popular, constituindo um grupo de trabalho para o efeito;
- Constituir uma comissão para o trabalho junto dos reformados, que discuta e promova iniciativas neste sector específico.

A luta reivindicativa e de massas deve ser dinamizada acompanhando o reforço da organização e da intervenção política do Partido, constituindo direcções de trabalho:

- Reforçar o trabalho junto dos trabalhadores nos locais de trabalho e serviços da cidade, alargando o trabalho de organização a novos sectores;
- Melhorar o trabalho colectivo dos organismos do Partido reunindo regularmente e reforçando a sua capacidade de intervenção política, no quadro da orientação geral do Partido;
- Progredir no recrutamento de novos militantes, elaborando listas de possíveis recrutamentos e fazendo o respectivo controlo de execução. Procurar a rápida integração dos novos inscritos nos colectivos partidários e a sua responsabilização por tarefas concretas. Esta Assembleia estabelece o objectivo de recrutamento de 15 novos militantes até ao Congresso e de 70 até à próxima Assembleia;
- Prosseguir a responsabilização de mais camaradas por tarefas partidárias;
- Promover iniciativas de apoio à formação política e ideológica dos quadros, nomeadamente cursos e debates dirigidos em especial aos novos militantes, e o incentivo à leitura dos materiais e da imprensa do Partido;
- Promover a difusão da imprensa do Partido, incentivando a assinatura do “Avante!” e do “O Militante” e o reforço dos ADE’s, aumentando até à próxima Assembleia a venda regular através da organização do Partido em 20 Avantes e 15 “O Militante”. Responsabilizar mais camaradas por estas tarefas. Aumentar a realização de bancas de venda e divulgação do “Avante!”;
- Dar prioridade ao reforço da capacidade financeira do Partido concretizando várias medidas: o aumento do nº de camaradas a pagar quotas, a actualização do valor das quotas tendo como referência 1% dos rendimentos mensais de cada camarada, o alargamento da rede de camaradas a receber quotas, a constituição de brigadas

de recolha de quotas, a diversificação das formas de recebimento, incentivando o pagamento de quotas por multibanco e transferência bancária, a elaboração de listas de abordagens, o alargamento dos sorteios de Verão e de Natal, o melhoramento da participação na Festa do Avante e o Passeio das Mulheres CDU e a promoção de outras iniciativas de convívio potenciadores da recolha de fundos. Neste âmbito, a Assembleia destaca os objectivos de atingir o nº de 1 000 militantes a pagar quotas até ao final do próximo ano, dos quais 250 por transferência bancária e multibanco, e de, neste período, conseguir ainda que 150 militantes aumentem o respectivo valor mensal;

- Prevendo-se a entrega no final do ano do novo CT de Barão de S. Cosme, deverá ser lançada uma campanha de fundos e assumidas as medidas necessárias à sua dinamização. O CT Lindo Vale deve ser melhor utilizado em iniciativas políticas e de convívio paralelamente ao desenvolvimento de um trabalho de recolha de fundos para a persecução das reparações necessárias ao edifício;
- Reforçar a nossa intervenção ao nível da propaganda, dotando o grupo de trabalho central com mais camaradas e procurando que cada organização assuma nos seus objectivos esta tarefa, valorizando a experiência adquirida;
- Continuar a reforçar a composição e tornar mais regular o funcionamento das comissões específicas, nomeadamente da Festa do Avante, das Mulheres CDU, dos eleitos locais e de Fundos;
- Reforçar o estilo de trabalho institucional de permanente contacto com as populações e as forças vivas, de denúncia das políticas de direita e dos partidos que as concretizam e de apresentação de propostas no sentido da resolução dos problemas existentes. Nesse sentido, a concretização das visitas da CDU, a intervenção combativa nos órgãos autárquicos, a tomada de posição sobre questões locais, potenciando a intervenção do Grupo Parlamentar na Assembleia da República e dos Deputados no Parlamento Europeu, deve merecer um acompanhamento atento das organizações do Partido.